



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO GRATUITA DE USO E POSSE

*Pelo atual instrumento Particular de Cessão de Uso e Posse, e nos melhores termos de direito, as partes adiante nomeadas e qualificadas têm, entre si, ajustado o presente que se regerá pelas seguintes Cláusulas e Condições, que reciprocamente aceitam e outorgam para o fiel cumprimento da lei, e pontualmente cumprirem por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, a saber:*

### 1. DAS PARTES

1.1. De um lado, como CEDENTE(S):

- 

1.2. De outro lado, como CESSIONÁRIA:

- A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ sob nº 00.399.857/0014-40, com sede na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, Bom Jesus da Lapa, CEP 47.600-00, Estado da Bahia, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu Superintendente Regional, **HARLEY XAVIER NASCIMENTO**, brasileiro, casado, engº eletricitista, CPF/MF nº 542.826.755-00, RG nº 03.963.945-23 SSP/BA, domiciliado na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, CEP 47.600-000 Bom Jesus da Lapa - BA, com delegação de competência dada através da Decisão nº 966 de 19 de Julho de 2016.

### 2. DA CESSÃO DE POSSE

2.1. O(s) cedente(s), na qualidade de legítimos possuidores do imóvel descrito neste instrumento declara que estão na posse mansa e pacífica do mesmo, sem qualquer turbacão ou contestação, seja em função de aquisição de propriedade ou de qualquer forma de ocupação legítima.

2.2. Destarte, permitem a perfuração e a instalação de um poço tubular voltado para o atendimento da comunidade de \_\_\_\_\_.

2.3. Fica(m) o(s) CEDENTE(S) obrigado(s) a permitir o acesso, a qualquer época, dos técnicos da CODEVASF no local de implantação do barreiro para vistoria e fiscalização das condições de utilização e estado de conservação do mesmo.

### **3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA:**

3.1. O poço que será aberto e instalado pela CODEVASF, sempre e a todo tempo será utilizado pela Comunidade, não podendo jamais o CEDENTE, impedir o acesso da referida Comunidade no local onde o mesmo será instalado.

3.2. Em caso de descumprimento efetuar-se-á a imediata busca e apreensão dos equipamentos, bem como possibilitará a abertura de IPL - Inquérito Policial Federal para apurar as responsabilidades pelo ilícito, sem óbice de ressarcimento pela via cível e da configuração de responsabilidade por ilícito contratual.

3.3. Os cedentes se comprometem a ceder a cessionário o referido bem delineado na cláusula seguinte GRATUITAMENTE, que, por sua vez, se obriga a adquirir mediante preço, prazo, cláusulas, condições e termos deste instrumento.

3.4 O cedente se declara ciente da celebração de Termo de Compromisso entre a CODEVASF e o município em que se localiza o bem objeto do presente contrato no qual serão estabelecidas as regras pertinentes ao sistema simplificado de abastecimento de água de acordo com as normas técnicas vigentes e/ou edital de licitação.

### **4. DO IMÓVEL OBJETO DESTE CONTRATO**

4.1. Trata-se do imóvel constante de:

### **5. DA GRATUIDADE E DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

6.1. O(s) CEDENTE(S) se obriga(m) a realizar a cessão gratuita de uso do imóvel acima citado, sem qualquer ônus e pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos. (em conformidade com IN/STN 01/97, art. 2º, VII, “d”).

### **6. DA TOMADA DE POSSE**

6.1. Após a assinatura do presente contrato, a CESSIONÁRIA entrará imediatamente na posse do referido imóvel.

6.2. Estando impossibilitada a ocupação do imóvel pela CESSIONÁRIA por qualquer obstáculo criado pelo(s) CEDENTE(S), gerará para este(s) **multa diária de R\$ 100,00 (cem reais)**.

### **7. CLÁUSULAS DE IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE**

9.1. Este Contrato é regido nos termos dos artigos 417 a 421, do Código Civil Brasileiro, Lei 10406/2002, obrigando o(s) CEDENTE(S) por si, seus herdeiros e sucessores, bem como terceiros que venham adquirir o imóvel onde se situa o objeto da presente cessão.

9.2. Persiste, assim, mesmo que seja procedida a alienação do referido bem, a obrigação da cessão de uso ora firmada. Desde já se obriga(m) o(s) CEDENTE(S) a comunicar a alienação à CESSIONÁRIA para atualização e controle de dados.

## 8. FORO

10.1. Fica eleito o foro Justiça de Bom Jesus da Lapa, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

10.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas, para que produza seus legais efeitos.

**Bom Jesus da Lapa/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.**

CEDENTES:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CESSIONÁRIA

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_